

**PERSPECTIVAS TEÓRICAS NOS ESTUDOS DA CLASSE
TRABALHADORA: APONTAMENTOS E REFLEXÕES**

**THEORETICAL PERSPECTIVES ON WORKING CLASS
STUDIES: NOTES AND REFLECTIONS**

Juscelino Eudâmidas Bezerra¹

juscelinob@yahoo.com.br

RESUMO

O artigo tem como objetivo principal discutir as principais perspectivas teóricas nos estudos sobre a classe trabalhadora na contemporaneidade. Diante do rico e heterogêneo arsenal analítico, optamos por indicar o que consideramos serem as três principais perspectivas que se debruçam sobre a definição, o perfil, os desafios e o futuro da classe trabalhadora, são elas: as perspectivas de contenção e/ou enrijecimento, as perspectivas de ampliação e as perspectivas frouxas e/ou esquizofrênicas. Ao final do texto apresentamos a abordagem da plasticidade do trabalho como caminho possível de análise da classe trabalhadora a partir do entendimento acerca das transformações verificadas no trabalho mediante o aprofundamento da dinâmica territorial do capital.

PALAVRAS-CHAVE: classe trabalhadora; teoria e método; dinâmica territorial; plasticidade do trabalho.

ABSTRACT

The main goal of the article is to discuss the main theoretical perspectives in the study of the working class in contemporary times. Given the rich and heterogeneous analytical arsenal, we chose to indicate what we consider to be the three main perspectives that focus the definition, the profile, the challenges and the future of working class, they are: the perspectives of contention and/or stiffening, the perspectives of expansion and, finally, the schizophrenics and/or loose perspectives. At the end of article we present the approach of the plasticity of the work as possible path of analysis of the working class from the understanding of the changes observed in the work through the deepening of territorial dynamics of the capital.

KEY WORDS: working class, theory and method; territorial dynamic; plasticity of work.

¹ Doutor em Geografia pela UNESP, Presidente Prudente. Professor Assistente do Colegiado em Geografia da Universidade de Pernambuco, Campus Petrolina. Líder do Grupo de Pesquisa CNPq “Sociedade e Natureza do Vale do São Francisco”.

Introdução

No presente artigo, temos como propósito destacar alguns passos teóricos que têm nos ajudado a trilhar um caminho coerente na busca do entendimento da classe trabalhadora na atualidade, porquanto a necessidade de enfatizar a importância da proposição de temas emergentes e do necessário reposicionamento teórico-metodológico.

Para alcançarmos tal intento, identificamos três perspectivas nos estudos sobre a classe trabalhadora presentes nas análises de importantes autores, quais sejam: as perspectivas de contenção e/ou enrijecimento, as perspectivas de ampliação e, por último, as perspectivas que denominamos de frouxas e/ou esquizofrênicas.

Antes de apresentar as características principais de cada perspectiva, alguns alertas devem ser postos. É importante pontuar que essa subdivisão não pretende limitar/esgotar as inúmeras possibilidades de análise dos estudos sobre a classe trabalhadora. Encaramo-nas como uma necessidade de melhor qualificar as interpretações sobre o papel da classe trabalhadora na contemporaneidade. Daí nossa proposta de identificar perspectivas de análise, ou seja, maneiras de se considerar uma situação, um problema e de forma alguma apostar na proposição de nenhum esquema, padrão, modelo que tenha como resultado a proposição de segmentações estanques.

Nossa preocupação se justifica pelo contexto vivenciado nos últimos anos, no qual uma pletera de estudos colocou como elementos centrais, aspectos profundamente antagônicos, variando entre posturas que enfatizaram o próprio fim do trabalho, o enfraquecimento do conceito de classe, até interpretações sobre o papel dos novos movimentos sociais e a questão da identidade.

O texto está organizado em quatro momentos nos quais retratamos as características principais de cada perspectiva, nossa proposta acerca da plasticidade do trabalho enquanto nova perspectiva de compreensão sobre as transformações da classe trabalhadora e, por fim, as considerações finais, momento no qual apresentaremos algumas provocações ao debate, bem como a necessidade de pesquisas que retroalimentem a reflexão teórica e empírica.

Perspectivas de contenção e/ou enrijecimento

As perspectivas que denominamos de contenção ou enrijecimento são aquelas que consideram o conceito de classe trabalhadora como importante, porém circunscrito às

interpretações atávicas da obra de Marx. Nesse sentido, as transformações que ocorrem nos últimos anos são sempre “problematizadas” de acordo com o entendimento do que Marx afirmava ser a classe trabalhadora.

Um autor que segue a risca essa perspectiva é Sérgio Lessa. Nos importantes escritos produzidos por Lessa, temos uma investigação bastante perspicaz sobre o referencial marxista e os desdobramentos de sua posição teórica marcadamente influenciada pela leitura do *Livro I do O'Capital*. Para Lessa (2007), a classe trabalhadora é constituída pelos proletários em eterna disputa com a burguesia. De acordo com o autor, devemos entender o proletariado como a classe que “produz o conteúdo material da riqueza social” (2007,p.163) mediante a transformação da natureza pelo trabalho. Sendo assim, além de produzir a mais-valia, o proletariado também produz o capital. Daí o protagonismo social e político da classe trabalhadora.

As constantes interrogações acerca da formação e da organização do proletariado, sobretudo fabril, no contexto do modo de produção capitalista na atualidade, exigiram de muitos intelectuais o exercício da reflexão sobre a validade de considerar ou não como parte da classe trabalhadora, estritamente, aqueles que ocupam determinada posição no modo de produção capitalista. Nesse caminho, diversas abordagens priorizaram, como veremos adiante, “alargar” o conceito de classe trabalhadora.

Contrariando esse movimento que paulatinamente ganhou maior expressão é que os autores da chamada perspectiva de contenção e/ou enrijecimento passaram a salvaguardar suas compreensões teóricas. Para os mesmos, a grande questão residia em: Transforma ou não transforma a natureza? Caso a resposta seja negativa, as chances de uma ampla legião de trabalhadores (?) assalariados, temporários e desempregados ser considerada como mera parasita era significativa (THOMAZ JÚNIOR, 2009).

A questão de fundo é que, para um conjunto de autores da atualidade o referencial proposto por Marx não carece de novas adições, muito menos alterações. Segundo Lessa:

Não há qualquer necessidade de novas categorias acerca do trabalho, do trabalho abstrato, do trabalho abstrato produtivo e improdutivo, do fundamento das classes sociais a partir do local que ocupam na estrutura produtiva, etc. para a crítica revolucionária do mundo em que vivemos. Tais categorias, tal como formuladas originariamente por Marx, são rigorosamente atuais, imprescindíveis e suficientes. “Neste particular, Marx continua imprescindível e suficiente – e as tentativas de se provar a tese inversa foram todas, sem exceção, mal sucedidas.” (LESSA, 2007, p. 313).

Como vimos, a afirmação do autor é bastante forte ao considerar a obra de Marx como imprescindível (o que concordamos plenamente) e suficiente. Nessa última característica é que, reside nosso entendimento contrário, pois o próprio termo “suficiente” pode representar um antídoto à criatividade, ao próprio movimento de produção do conhecimento e ao reconhecimento da diversidade, traço comum da organização da sociedade no seu espaço-tempo. Portanto, a nosso ver, devemos relativizar a existência de uma teoria suficiente, ou seja, uma teoria que satisfaz que basta ou é bastante.

Para Iasi (2011), faz-se necessário levar em consideração às considerações de Marx quanto à construção dos conceitos, sendo que ele não se enquadra no tipo de autor de quem podemos esperar conceitos fechados, absolutos. Segundo Iasi:

...a dialética de Marx não se reduz ao movimento que quer captar no fenômeno, mas que tal dialética se expressa no movimento próprio dos conceitos, de forma que eles se referem a momentos de aproximação e aprofundamento da análise que parte da aparência até a essência, da essência menos profunda até a mais profunda, por vezes de volta à aparência carregando os conteúdos conquistados até então. (IASI, 2011, p.106).

Tal fato fica patente, quando se observa o próprio debate relacionado ao conceito de classe. Ainda para Iasi (2011, p 107), pela análise das obras de Marx podem-se encontrar vários momentos de aproximação conceitual no que se refere ao fenômeno de classe, sendo possível identificar quatro principais momentos: 1) A classe entendida através da posição diante da propriedade, ou não propriedade dos meios de produção; 2) classe como expressão de uma determinada posição nas relações sociais de produção; 3) classe como sendo constituída pela consciência que se associa ou se distancia de uma posição de classe; 4) Classe que se forma a partir da ação/luta concreta no interior de uma formação social.

Desse modo, é possível perceber no processo de entendimento sobre o fenômeno de classe mediante a análise da obra de Marx, inúmeras portas de entrada, o que expressa a tentativa de apreender a classe não somente com base na própria realidade vivida, mas também a partir do movimento da própria construção dos conceitos. Com isso, voltando à análise sobre a constituição da classe trabalhadora, visualizamos posições distintas quanto ao fato de podermos simplesmente prescindir de qualquer alteração na forma como Marx compreendia o fenômeno de classe.

Numa crítica direta aos apontamentos de Lessa, o sociólogo Giovanni Alves assim se pronuncia:

Uma teoria do proletariado segundo Marx *não seria uma teoria científica*. Na verdade, segundo o método dialético, todo conceito (como o de 'proletariado') é uma categoria, ou seja, é uma forma de ser e modo de existência historicamente determinada. (ALVES, 2009, p.83, grifo nosso)

No sentido posto por Alves, temos a importância do tempo, da história aos quais somamos também a questão do espaço, como dimensões que dialeticamente conformam uma organização de novos referenciais teóricos. Ao contextualizar o modo de produção capitalista na perspectiva espaço-temporal é possível reconhecer aspectos significativos na compressão geral do debate sobre as classes sociais.

Vejamos os apontamentos lançados por Florestan Fernandes, no livro *As classes sociais na América Latina*, publicado no ano de 1977. O autor traz uma questão bastante polêmica, qual seja: existem classes sociais na América Latina? Interrogando se existem ou não o objeto que se pretende descrever conceitualmente, Fernandes (1977) defende que a pergunta sobre a existência ou não das classes sociais no contexto da América Latina não é de todo modo inócua. O quadro social que justifica tal suposição é que gera *perplexidades profundas* e advém das particularidades históricas e geográficas encontradas na América Latina. Tal fato, aliado a certo automatismo conceitual, com o qual se quer simplesmente transplantar blocos conceituais de maneira indistinta, causou sérios constrangimentos à leitura da formação das classes sociais na América Latina.

Florestan Fernandes, mesmo ao afirmar que o capitalismo busca engendrar sua própria realidade substantiva (o que de certo ponto de vista discordamos, pois partimos do pressuposto que a ação do capital jamais será efetivamente uma força totalizante), reconhece a possibilidade de condições diferenciadoras na forma como se constituem as classes sociais. Desse modo, segundo o autor:

A expansão do capitalismo atingiu, em todos os países (embora em extensão e com intensidade variáveis), proporções suficientes para fazer da ordenação em classes sociais o núcleo estrutural e dinâmico da organização societária. Ao mesmo tempo, porém, a referida expansão do capitalismo ajustou-se, de maneira variável mais geral, a condições diferenciadoras, classificadoras e estratificadoras do mercado e do sistema de produção capitalistas, inibindo assim o grau de universalidade, a eficácia e a intensidade dos dinamismos revolucionários ou estabilizadores da ordenação em classes sociais. (FERNANDES, 1977, p. 178).

O que queremos destacar a partir das contribuições de Florestan Fernandes é que não podemos partir da premissa que a formação das classes sociais tem uma dinâmica própria, independente e pura. Portanto, devemos contestar o enrijecimento dos conceitos, inclusive o de classe social, tendo como enfoque a relação espaço-tempo da sociedade e os desdobramentos para o quadro social, político, cultural e econômico.

Nesse sentido, a título de exemplo, como podemos desconsiderar que para um contingente considerável de países/nações presentes na América Latina, portanto do outro lado do Atlântico, onde se iniciou a saga capitalista, a realidade de um capitalismo de corte fabril, com pleno desenvolvimento da indústria nunca chegou a se generalizar por todo território? Ou seja, em muitas porções do “novo” continente uma extensa parcela da população não chegou a vivenciar diretamente uma experiência de classe trabalhadora em conflito com uma burguesia, no sentido largamente difundido nos países com forte expansão industrial.

Um fato para lembrar a questão (Transforma ou não transforma?), os milhões de indígenas e camponeses sem dúvida transformam a natureza. Contudo, os sentidos dessa transformação devem ser compreendidos a partir de uma proposição teórica igualmente complexa o que anima a teoria, inclusive a teoria marxista, despertando novas questões.

Como exemplo das inúmeras indagações lançadas ao marxismo pela geograficidade do movimento da sociedade, vejamos a polêmica questão lançada por Lander:

Por que, no contexto da extraordinária heterogeneidade estrutural das sociedades latino-americanas, os projetos de transformação socialista outorgam um papel histórico tão transcendente a um setor da população que na maior parte dos países não era, nem podia chegar a ser; senão minoritário; o proletário fabril? (LANDER, 2006, p. 224).

Inquietações como a de Edgardo Lander nos fazem refletir sobre os desafios postos para o entendimento da classe trabalhadora. Tal fato nos desautoriza a travar o debate. Outrossim, como realizamos o debate pela via científica, temos de constantemente refletir sobre a provisoriedade dos conceitos.

Perspectivas de ampliação

Outra perspectiva de estudo sobre a classe trabalhadora é aquela que assume como objetivo propor novos olhares, novas entradas para a discussão do trabalho e da classe

trabalhadora no contexto das transformações econômicas e culturais no capitalismo do século XXI. Daí nossa proposta em denominá-las de perspectivas de ampliação.

Para uma gama de autores (ANTUNES, 2004, 2005; ALVES, 2000; THOMAZ JÚNIOR, 2004, 2006, 2009), a classe trabalhadora é multifacética, fragmentada e heterogênea. Portanto, não se resume à explicitação da relação capital-trabalho.

Parte dessa diversidade é fruto da chamada reestruturação produtiva do capital, que colocou em cheque formas pretéritas de organização das estruturas produtivas o que acarretou, por sua vez, mudanças nas relações de trabalho.

Nesse ínterim, destacamos: maior substituição do trabalho vivo por trabalho morto, representado pelo desenvolvimento de máquinas modernas e produto da robótica, ocasionando, assim, o chamado desemprego tecnológico; declínio do modelo de produção fordista e substituição (respeitando as escalas do tempo e do espaço) pelo modelo toyotista; mudanças na distribuição setorial dos empregos com aumento significativo de postos no setor dos serviços em detrimento do setor da indústria; a incorporação de milhares de trabalhadores (as) no universo informal das relações de trabalho; incremento do trabalho feminino em todos os setores da economia, entre outras.

Mediante o contexto supracitado, muitos autores esbravejaram aos quatro cantos do mundo o fim do trabalho. Todavia, os defensores da perspectiva de ampliação optaram por perscrutar os elementos que configuram uma nova teoria para o trabalho no século XXI e que não necessariamente partam do princípio de que o trabalho acabou.

Neste sentido, uma questão que ainda permanece obscura é justamente a do sujeito social. Ou seja, se é correto afirmarmos que o mundo do trabalho mudou, então não podemos esquecer que o mundo do trabalho é constituído por trabalhadores (as), os quais na peleja do cotidiano produzem relações sociais, essas desafiam e impõem como condição ineliminável, uma “eterna” vigilância ontológica e epistemológica para as pesquisa e estudos voltados para a análise do trabalho.

No Brasil, o sociólogo, Ricardo Antunes, é um dos autores de destaque na defesa de uma concepção ampliada da classe trabalhadora na contemporaneidade. Para o autor:

Uma noção ampliada de classe trabalhadora inclui, então, todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando, além do proletário industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. Essa noção incorpora o proletariado precarizado, o subproletariado moderno, *par time*, o novo proletariado dos Mc Donalds, os trabalhadores hifenizados de que falou Beynon, os trabalhadores terceirizados e precarizados das empresas liofilizadas de que falou Juan

José Castillo, os trabalhadores assalariados da chamada 'economia informal', que muitas vezes são indiretamente subordinados ao capital, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiaram o exército industrial de reserva, na fase de expansão do desemprego estrutural. (ANTUNES, 2004, p, 103).

Ampliar o entendimento da classe trabalhadora significa voltar o olhar para inúmeros casos e situações que envolvem o trabalho e que, não necessariamente foram objeto de uma abordagem mais detalhada. Desse modo, um novo rol de questões emerge como temas importantes, contribuindo para renovar os desafios e justificar a permanência dos estudos da classe trabalhadora.

Dentre os novos assuntos estudados no contexto da ampliação da classe trabalhadora destacamos:

- Pesquisas sobre o trabalho e os trabalhadores no setor de serviços nas suas mais variadas faces; o desenvolvimento de novas tecnologias microeletrônicas e seu impacto gerado pelo desemprego e também a criação de novo tipo de trabalho na esteira dos impulsos à qualificação (trabalhador especializado);
- Estudos sobre os trabalhadores que vivem nas grandes metrópoles e suas estratégias de sobrevivência no universo do mercado de trabalho informal. No limite, busca-se cada vez mais entender aqueles trabalhadores (as) que nas condições do capitalismo atual não conseguem se quer vender sua força de trabalho. Esse grupo concentra-se particularmente na cidade, somando-se ao conjunto de trabalhadores camponeses expulsos da terra.
- As formas de trabalho demandadas pelo agronegócio que, ao mesmo tempo, em que traz inovações no processo produtivo com o uso de modernas máquinas colheitadeiras munidas de GPS, ar-condicionado e sistema elétricos, também continua a fomentar formas arcaicas de trabalho, fruto da utilização de mecanismo de acumulação primitiva, tais como a adoção do trabalho escravo;
- Pesquisas sobre os trabalhadores desempregados e suas formas de organização, o que por si só traz desafios teóricos ao indagar os rebatimentos da assunção dos desempregados como parte da classe trabalhadora;
- A relação entre trabalho e movimentos sociais como uma nova forma de organização social que não necessariamente inclui o sindicato ou o partido como instrumentos de mobilização dos trabalhadores.

Baseados na complexa trama de relações sociais que colocam novos desafios para o estudo da classe trabalhadora, partimos do entendimento de que devemos fazer a opção (não só teórica como também política) pela ampliação da classe trabalhadora. Contudo, essa ampliação deve ser coerente e dialogar com as diversas experiências laborais vivenciadas por milhões de homens e mulheres.

Perspectivas frouxas e/ou esquizofrênicas

A terceira e última linha de interpretação sobre a classe trabalhadora é a que denominados de perspectiva frouxa e/ou esquizofrênica². Desde pronto, já deixamos claro que a identificação da presente perspectiva de interpretação foi a que nos impôs maior desafio na sua definição. A dificuldade surge por podermos encontrar pontos de comum acordo com os autores que defendem a necessidade de relativizar o peso das definições tradicionais, a exemplo do proletariado. Porém, passam a abandonar a classe trabalhadora como conceito importante, preferindo adotar uma concepção mais difusa acerca do movimento da sociedade e que, no limite, acaba, ao nosso ver, esvaziando politicamente o confronto com o modelo sociometabólico do capital.

Para ilustrar a força de tal perspectiva basta mencionar que os autores que a sustentam são geralmente identificados como intelectuais com preocupações associadas à abordagem pós-moderna. Sabemos das polêmicas a respeito do pós-moderno e da pós-modernidade e dos riscos em enquadrar determinados autores nesse grupo. Segundo Eagleton, podemos definir o pós-modernismo ou pós-modernidade como:

...uma linha de pensamento que questiona as noções clássicas de verdade, razão, identidade e objetividade, a idéia de progresso ou emancipação universal, os sistemas únicos, as grandes narrativas ou os fundamentos definitivos de explicação. Contrariando essas normas do iluminismo, vê o mundo como contingente, gratuito, diverso, instável, imprevisível, um conjunto de culturas ou interpretações desunificadas gerando certo grau de ceticismo em relação às idiossincrasias e à coerência de identidades. (EAGLETON, 1998, p. 15).

Resgatando alguns aspectos mencionados pelo autor, tais como, o questionamento das grandes narrativas e o ceticismo com relação às idiossincrasias e à coerência das identidades. Todos esses traços são identificados na abordagem que fazem Zigmum

² A esquizofrenia no sentido que utilizamos em nossa denominação é o resultado da dissociação entre pensamento e ação que promove a perda do contato com a realidade.

Bauman, Antonio Negri e Giuseppe Cocco com relação à classe trabalhadora. Assim, é interessante notar, como já mencionamos, que quando o objetivo é questionar o conceito tradicional de proletariado, tanto os autores da perspectiva de ampliação como os autores que adotam perspectivas que adjetivamos de frouxas concordam com sua limitação. Para Bauman (2005), devemos ter a devida noção que no contexto de um conjunto de mudanças empreendidas nos padrões de emprego e nas rotinas do trabalho: “... ter a expectativa de recondicionamento da ordem social conduzido pelo proletariado e de um expurgo dos males sociais por este inspirado significa forçar a imaginação de maneira insustentável.” (BAUMAN, 2005, p.40)

Ainda de acordo com Bauman (2005), o terreno do conflito obedece a contornos diferenciados, os indivíduos lutam pela aprovação do chefe e não mais por uma sociedade melhor a partir das “estufas de solidariedade proletária”. Com o descontentamento generalizado de uma pauta de lutas postas pelo movimento proletário, outras “estufas” passaram a ser pensadas para abrigar reivindicações cada vez mais pontuais, particulares e fortuitas. Seguindo esse raciocínio, o autor em questão vai ainda mais longe ao afirmar que:

Com o espectro de uma revolução proletária capitulando e dissipando-se, os ressentimentos sociais estão órfãos (...) cada categoria em desvantagem está agora por sua própria conta, abandonada aos próprios recursos e à própria engenhosidade (...). Como a classe não mais oferecia um seguro para reivindicações discrepantes e difusas, o descontentamento social dissolveu-se num número indefinido de ressentimentos de grupos ou categorias, cada qual procurando a sua própria âncora social (...). Cada um deles, porém, tinha uma luta para rivalizar com os poderes integradores da classe que um dia aspirou ao *status* de uma *metaidentidade*. (BAUMAN, 2005, p.41-42, grifo nosso).

Conforme Bauman (2005), passamos a assistir um processo de abandono da identidade de classe como abrigo. Nesse momento, passam a ganhar espaço ressentimentos de grupos pautados pela luta por direitos e por reconhecimento. Sendo assim, as discussões em torno do gênero, da raça e da herança coloniais apresentaram-se, segundo Bauman (2005), como abrigos mais seguros do que um grande conceito, que antes abrigava a todos, uma metaidentidade caracterizada pela classe trabalhadora.

No mesmo compasso seguido por Bauman, teóricos como Antonio Negri e Giuseppe Cocco, também enxergam uma limitação da ideia de proletariado e vislumbram alternativas para a luta social. Para eles:

... o conceito de classe operária é um conceito limitado, tanto do ponto de vista da cooperação (inclui essencialmente os trabalhadores da indústria) quanto do ponto de vista da cooperação social (envolve apenas uma pequena quantidade dos trabalhadores que operam no conjunto da produção social). (NEGRI, COCCO, 2002, p. 21).

Os autores supracitados avançam em sua proposição e colocam como possibilidade para superar a moribunda classe operária, um novo conceito de classe não mais centrada no trabalhador, mas sim na multidão³. Lembramos que para esses estudiosos os autores, a multidão representa um conceito de potência produtiva baseada na produção de “mais ser”. Também fazem questão de lembrar que a multidão não é povo, nem massa ou plebe, pois os últimos são sempre identificados como uma “força social irracional e passiva, perigosa e violenta, pelo fato preciso de ter sido facilmente manipulável.” (autor, ano, p.). A multidão ainda é entendida como uma multiplicidade singular (não passível de representação), um ator social ativo de auto-organização. Dito isso, os autores propõem que:

Se colocarmos a multidão como um conceito de classe, a noção de exploração será definida como exploração da cooperação: cooperação não dos indivíduos, mas das singularidades, exploração do conjunto das singularidades, das redes que compõem o conjunto e do conjunto que envolve as redes. (NEGRI, COCCO, 2002, p. 21).

Como vimos, a proposta dos autores, centrada na multidão, tem na verdade o objetivo de negar toda e qualquer tentativa de uma unidade de classe. Por isso, seu caráter é polemista, ao passo que nega uma metaidentidade de classe, afirmando o reino da multiplicidade e das lutas difusas. De fato, as questões levantadas pelos autores são extremamente importantes, sobretudo quando consideramos o esforço por parte de vários intelectuais adotando distintas perspectivas para entender as transformações verificadas nas formas de organização das lutas sociais.

Do que conseguimos apreender das questões mencionadas, é que existem várias perspectivas sobre o papel da classe trabalhadora na atualidade. As posições são as mais divergentes possíveis, embora, muitas vezes, possamos notar pontos de concordância.

³ É importante ressaltar que os referidos autores não estão sozinhos na discussão envolvendo o conceito de multidão. Recentemente, no livro *Imperio, multitud y sociedad abigarrada*, publicado em 2010, Antonio Negri, Michael Hardt e Giuseppe Cocco aproximam-se do debate sobre o que seria a multidão no contexto da sociedade boliviana, a partir do debate sobre a sociedade abigarrada, do sociólogo, René Zavaleta. Participou do debate que deu origem ao livro o intelectual boliviano e atual vice-presidente, Álvaro García Linera.

Contudo, não seria muito alarde afirmar que a discussão caminha muitas vezes para concepções extremamente opostas, porquanto a defesa de uma perspectiva onde a classe trabalhadora é sobejamente importante, porém sua definição apresenta-se de forma extremamente enclausurada. Do outro lado, temos perspectivas que entendem haver uma pulverização da classe trabalhadora numa coleção de movimentos reivindicatórios, referenciados pela questão identitária.

Do nosso ponto de vista, acreditamos que ainda não conseguimos captar a importância do debate sobre a identidade no contexto da ofensiva do capital. Uma vez que, ela é entendida como um traço crucial para compreendermos a sociedade contemporânea e o apelo identitário não necessariamente representa uma demanda pelo reconhecimento de uma subjetividade despida de conteúdos políticos. Exemplos de identidades construídas no bojo da luta social que se distanciam dos referenciais/representações associadas ao proletariado puro podem ser observados na ação dos movimentos sociais. Por isso, acreditamos ser a plasticidade do trabalho um processo que nos ajuda a iluminar a compreensão da totalidade viva do trabalho. Mas, afinal o que seria a plasticidade do trabalho?

Plasticidade do trabalho: uma nova perspectiva?

Até aqui, vimos que as diferentes perspectivas sobre a classe trabalhadora corroboram com o objetivo de apontar/desmistificar/renovar o papel que a classe trabalhadora, mesmo sob o ponto de vista de classe enquanto multidão, possui no contexto do capitalismo. As tensões em jogo giram em torno das seguintes questões, identificadas como o núcleo das propostas lançadas por cada uma das perspectivas analisadas respectivamente, são elas: quais os desafios do proletariado como principal agente revolucionário no embate com o capital? Que novo tipo de sujeito emerge na formação de uma nova morfologia do trabalho? Reconhecendo o poder da multidão, como podemos ativar a cooperação das diferentes singularidades?

Poderíamos afirmar que o enfoque no tema da plasticidade do trabalho pode ser utilizado como uma negação da primeira perspectiva, uma relativização/contestação da terceira e como um aprofundamento da segunda perspectiva, pois parte da seguinte questão: sabendo da diversidade encontrada no seio da nova morfologia do trabalho, como podemos compreender o papel da classe trabalhadora diante de sua capacidade de se apresentar sob diferentes formas, exigindo, pois um constante repensar da ação e da luta

social enfrentada nos diferentes territórios onde se desenrolam os novos estratagemas do capital?

A plasticidade do trabalho é um aspecto das relações sociais de produção e do trabalho diante da nova configuração do capitalismo. O foco dessa vez não é perguntar apenas sobre o papel que alguns sujeitos ocupam em determinadas posições nas relações de produção. Muito menos, partir da premissa que existem sujeitos com identidades fixas e/ou cuja trajetória se encerra no plano dos primeiros embates da relação capital x trabalho.

Os apontamentos de Terry Eagleton anunciam, de maneira explícita e como sempre irônica, o que a plasticidade do trabalho traz como questionamento. Segundo Eagleton:

... As pessoas não deixam de ser parte da classe trabalhadora porque se convertem em garçom ao invés de trabalhador têxtil (...). Podemos nos esquecer, então, da idéia de que os socialistas escolhem a classe trabalhadora como uma força transformadora, enquanto que outros poderiam optar pelos palhaços de circo ou os farmacêuticos ruivos. Quem, a não serem os homens e mulheres que criam o sistema, cujas vistas dependem dele, e que são capazes de fazê-lo funcionar justa e coletivamente, e que se beneficiariam mais com semelhante mudança, deveriam substituí-lo? Os oftalmologistas sardentos? Os que medem 1.60 metro e vivem a oeste de Shannon? (EAGLETON, 2006, p.453-454, grifo nosso).

Ainda, conforme Eagleton, a classe trabalhadora tem um papel especial, porque representa a contradição, a lógica dual ou contraditória do sistema como um todo. Com isso, devemos refletir sobre as diferentes formas de expressão do trabalho que não necessariamente contestam a importância da marca de classe. Lançadas as questões, voltamos agora nosso olhar na tentativa de esclarecer o que entendemos por plasticidade do trabalho.

O conceito de plasticidade do trabalho ganhou corpo nas reflexões de Thomaz Júnior (2006, 2009), quando o autor analisa a relação entre as novas formas de expressão do trabalho e o conteúdo da dinâmica territorial do capital. Para Thomaz Júnior:

Quando nos ocupamos com a (des) realização e as novas identidades do trabalho territorialmente expressas na plasticidade que se refaz continuamente, estamos preocupados com os desdobramentos para os trabalhadores da constante redefinição de profissões, habilitações, especializações, inserções autônomas etc., entremeada, em vários casos, com experiências de despossessão. Essa trajetória de fragmentações atinge em cheio o trabalho, e são essas as evidências mais profundas do estranhamento que acrescentam desafios à compreensão do trabalho, na perspectiva de classe. (THOMAZ JÚNIOR, 2009, p.41).

Adentrando no próprio termo *plasticidade do trabalho*, percebemos qual a verdadeira tônica do conceito. De acordo com o dicionário Priberan da Língua Portuguesa, por plasticidade devemos entender a qualidade de plástico (maleável), que pode tomar ou receber diferentes formas pela moldação ou modelação. Portanto, o reconhecimento do caráter plástico do trabalho tem como objetivo destacar que existem diferentes formas de expressão do trabalho. O oposto à plasticidade do trabalho seria o mesmo que apreender as formas de expressão do trabalho como rígidas e inflexíveis, tal como abordamos nas perspectivas de contenção/enrijecimento, sobretudo a partir dos apontamentos realizados por Lessa (2007b).

A perspectiva teórica lançada por Thomaz Junior (2009) revigora o estudo do trabalho e a perspectiva de entendimento da classe trabalhadora devido a duas características centrais: a primeira delas diz respeito à assunção (reconhecimento) de que parte das teorias sobre a questão do trabalho, merecedoras de atenção no debate acadêmico, não têm conseguido contemplar a riqueza de casos presentes na realidade do trabalho no Brasil. Este reconhecimento não é um apriorismo ou um mero raciocínio lógico. Tal perspectiva irrompe com as posturas teóricas que enclausuram a realidade em velhos esquemas, no quais os sujeitos e suas relações sociais obedecem apenas a meros “enredos” imutáveis. Dito de outra forma, a compreensão de que o operariado não detém o exclusivismo da transformação social obriga-nos a encontrar outros caminhos e que não necessariamente tenham que abandonar as contribuições marxistas.

A segunda característica marcante, consequência da primeira, refere-se à abertura para um debate teórico mais avançado, que entende a dinâmica do capitalismo, suas transformações territoriais e os sujeitos sociais por meio das experiências laborais que eles estabelecem no mundo do trabalho. Tal fato nos permite interpretar o campo, a cidade, a divisão territorial do trabalho e sua vinculação com os processos mais marcantes que definem uma nova agenda de conflitos entre capital e trabalho.

Neste contexto, as aguerridas definições sobre o que é o operariado e qual sua missão histórica perdem espaço na discussão para entendermos que, a partir da complexificação do capital, os mesmos sujeitos podem vivenciar experiências laborais que os permitam ora ser um camponês, ora operariado, ora camelô, ora funcionário público (efetivo ou terceirizado). Enfim, esse rol de experiências dialetizam tanto a escala do tempo e do espaço como a escala do próprio sujeito social.

Diante do cenário supracitado, podemos afirmar que o caráter plástico das experiências laborais no capitalismo contemporâneo somente tem sentido quando levamos em consideração o complexo de divisões - social, técnica, territorial, sexual e étnica - do trabalho (BEZERRA, 2012). Dito de outra forma, faz-se necessário apontar que o desenvolvimento geográfico desigual do capital produziu um complexo de divisões do trabalho, marcado por intensas disparidades quanto à organização dos trabalhadores e as suas experiências laborais. Podendo ser essas extremamente distintas a depender da conflitualidade entre padrões de desenvolvimento do capital, da sua composição técnica, da estruturação econômica dos territórios, das relações subjetivas e de identidade, dos processos de desterritorialização e das formas de inserção do trabalho.

Do ponto de vista dos trabalhadores, os mesmos passam cada vez mais a enfrentar condições de adaptabilidade compulsória face às exigências do capital. Desse modo, é importante ressaltar que há uma dialética presente na plasticidade do trabalho, expressa na negatividade/positividade diante das diversas experiências laborais vividas pelos trabalhadores.

A negatividade existente na plasticidade do trabalho pode ser evidenciada quando percebemos o constante movimento dos trabalhadores na troca entre diferentes empregos, seja do circuito formal ou informal e mesmo experiências de desemprego e de completo descarte. A condição de desemprego, mesmo que temporário, representa a principal contradição social manifesta na sociedade salarial, sobretudo para aqueles que vivem nas cidades.

No período histórico vigente, a estabilidade no emprego é um dos principais trunfos dos trabalhadores no quadro de desenvolvimento do mercado de trabalho capitalista. A estabilidade pode, muitas vezes, ser a moeda de troca para enfrentar condições precárias de trabalho em nome da manutenção das condições objetivas de sobrevivência.

Quando essa estabilidade se dá no bojo da formalidade, temos o grande desafio de questionar o emprego formal como a condição adequada. Por que legal, isto é, de inserção dos trabalhadores no ambiente de trabalho? O rico arsenal de pesquisas desenvolvidas nos últimos anos tem demonstrado que o emprego formal pode também ser berço da precarização (HECK, CARVALHAL, 2010).

O crescente número de doenças laborais que acometem a saúde do trabalhador, a pressão por produtividade, a concorrência e mesmo a velha extração da mais-valia absoluta, amenizada pela falácia do banco de horas ou do pagamento das horas extras, expõe o

trabalhador com vínculo formal a um universo de crescente degradação. Não queremos com isso silenciar as diferenças marcantes existentes entre o trabalho com vínculo formal e os trabalhadores do circuito informal. Esse setor, para não falar dos casos de trabalho escravo que estão circunscritos a outra dimensão, continua sendo o campo onde os efeitos da precarização são mais visíveis.

A falta de uma regulação social mínima, representada pelo acesso ao trabalho com carteira assinada, pode significar uma imponente barreira aos trabalhadores do setor informal no acesso às condições mínimas de trabalho adquiridas pela luta dos trabalhadores.

E o que seria a positividade no contexto da plasticidade do trabalho? No nosso ponto de vista, o caráter positivo numa relação de constante intercâmbio entre experiências laborais pode se dar quando essa transição/mutabilidade de experiências ocorre no sentido do resgate (ou o primeiro encontro) do trabalho como valor de uso, como fonte de identificação e liberdade. Podendo, em situações de conflito, empreender formas de expressão do trabalho representativas da busca por uma ruptura com as práticas capitalistas, tendo como corolário ações emancipatórias, também compreendidas como expressão da plasticidade do trabalho.

Um dos desdobramentos possíveis tem sido o polêmico debate acerca da construção da identidade e simultaneamente da (des) identidade social do trabalho (THOMAZ JUNIOR, 2009). Nesse caso, os movimentos sociais cada vez mais aparecem como a esfera da luta social responsável por esse encontro do trabalhador com a sua liberdade.

Considerações finais

No presente artigo, intentamos apresentar uma proposta de compreensão sobre as diversas abordagens crítico-analíticas com relação ao mundo do trabalho e o papel da classe trabalhadora. Como já ressaltamos, não tivemos o intuito de limitar a discussão ao propor a identificação de três perspectivas que sozinhas comunicam a totalidade das indagações teóricas e empíricas. Todavia, ao sugerirmos um modo de abordar tal diversidade, acreditamos contribuir com o debate, sobretudo ao destacar as potencialidades e as fragilidades nos estudos da classe trabalhadora.

Ao tratar dos desafios postos para o avanço nos estudos da classe trabalhadora, ressaltamos a importância de compreendermos as diferentes formas de expressão/identidade de classe de acordo com o contexto social e territorial pela qual estão vinculadas. Ou seja, não podemos esperar que numa região caracterizada pela produção agrícola de produtos da agricultura familiar de subsistência possa emergir formas de expressão da classe trabalhadora idênticas as que verificamos nas principais metrópoles. Tal fato, não indica respectivamente um conteúdo de menor e maior complexidade para ambos os casos. Afinal, o que significou do ponto de vista da nova configuração de classe, a criação e o desenvolvimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) protagonizando lutas que reúnem trabalhadores do campo e da cidade? O que falar hoje das comunidades tradicionais que reinventam novas identidades de luta contra o capital?

Enfim, acreditamos que a abordagem geográfica pode contribuir sobremaneira na elucidação do novo conteúdo de classe, marcado por um amálgama entre formas diferenciadas de resistência. O que acaba por fomentar a retroalimentação das perspectivas de análise ao promover o diálogo entre diversas possibilidades de entendimento do mundo trabalho e da renovação, sempre necessária, de uma teoria que não almeja ser maior do que a realidade concreta.

Referências Bibliográficas

ALVES, Giovanni. A. P. **A condição de proletariado: a precariedade do trabalho no capitalismo global**. Londrina: Editora Práxis, 2009.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha: Ensaio sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **A fruticultura no Nordeste semiárido: internacionalização, conflitos territoriais e a precarização do trabalho**. 2012. 376p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

EAGLETON, Terry. Um futuro para o socialismo? In: BORON, Atilio A; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (Orgs.). **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, p.449 -457 2006.

FERNANDES, Florestan. Problema na conceituação das classes sociais na América Latina. In: **As classes sociais na América Latina: problemas de conceituação**. ZENTENO, Raul Benítez. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LANDER, Edgardo. Marxismo, eurocentrismo e colonialism. In: BORON, Atilio A; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (Orgs.). **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, p.201 -234, 2006.

NEGRI, Antonio ; COCCO, G. M. ;HARDT, M. ; REVEL, J. ; LINERA, A. G. ; TAPIA, L. **Imperio, multitud y sociedad abigarrada**. Buenos Aires: Waldhuter; CLACSO, 2010.

NEGRI, Antonio; COCCO, Giuseppe. O trabalho da multidão e o êxodo constituinte. In: PACHECO, Anelese; COCCO, Giuseppe; VAZ, Paulo (Orgs.). **O trabalho da multidão: império e resistências**. Rio de Janeiro: Gryphus/ Museu da República, 2002.

HECK, F. M, CARVALHAL, M. D. A territorialização do frigorífico de aves da COPAGRIL em Marechal Cândido Rondon/PR: precarização do trabalho e desrespeito à legislação trabalhista. **Revista Pegada Eletrônica (Online)**, v. 11, p. 51-76, 2010.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007b.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI: limites explicativos, autocríticas e desafios teóricos**. Volume 1. Tese (Livre-Docência), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2009.

THOMAZ JÚNIOR. Antonio. Se camponês, se operário: limites e desafios para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil. In: THOMAZ JÚNIOR, Antonio;

CARVALHAL, Marcelo Dorneles; CARVALHAL, Terezinha Brumatti. **Geografia e trabalho no século XXI**. Presidente Prudente: Centelha, 2006.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. A (des)ordem societária do trabalho (os limites para a unificação orgânica). In: MARQUES, M. I. M. Marques; A.U. Oliveira. (Org.). **O campo no início do século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Paz e Terra/Casa Amarela, 2004.